

*Brasília, 28 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNN Brasil Online

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Contrabando e pirataria geraram prejuízo recorde de R\$ 514 bi em 2025 ..... 3**

## Jornal GGN Online

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Luiz Adolfo: Itália e remuneração de editores por plataformas de IA ..... 4**

## Migalhas

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Acompanhamento de marca não é digitar o número do processo no INPI ..... 6**

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Obra coletiva debate desafio contemporâneos da propriedade intelectual ..... 11**

## MSN Notícias

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Amazon apresenta Project Nara, plataforma focada na criação de séries e filmes co... ..... 12**

## Primeira Hora

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Propriedade intelectual será tema em painel na Feira Brasileira de Sementes ..... 14**

## Folha.com

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Audiolivros piratas feitos com inteligência artificial se disseminam no YouTube ..... 16**

## G1 - Globo

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**'Made in Itajubá': cidade do Sul de Minas recebe selo nacional e mira expansão tec... ..... 19**

## O Globo Online

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**No Rio2C, criadores debatem transição para empresas muito além dos posts virais ..... 22**

## Agência Senado

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Entidades

**Proteção de incentivos para pesquisa, ciência e tecnologia avança ..... 24**

## Monitor Mercantil Digital online

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**INPI divulga rankings de depositantes de ativos de PI em 2025 ..... 25**

## Contrabando e pirataria geraram prejuízo recorde de R\$ 514 bi em 2025



Em 2025, segundo dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, crescimento no prejuízo relacionado à falsificação, contrabando, pirataria e mercado ilegal foi de 8%

O Brasil enfrentou prejuízos superiores a R\$ 514 bilhões devido à falsificação, ao contrabando e à pirataria em 2025, segundo o anuário da ABCF (Associação Brasileira de Combate à Falsificação).

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (27), e são referentes a perdas de arrecadação tributária e perdas de faturamento das indústrias legalmente estabelecidas.

Segundo o documento, no ano passado, foi registrado um crescimento de 8% no prejuízo relacionado à falsificação, contrabando, pirataria e mercado ilegal em relação ao ano anterior.

A associação aponta que o valor representa um marco recorde em perdas para empresas e cofres públicos. Entre os setores que registraram maior prejuízo no ano passado, estão:

Bebidas alcoólicas: R\$ 89,5 bilhões

Vestuário: R\$ 55 bilhões,

Combustíveis: R\$ 30 bilhões

Material esportivo: R\$ 32 bilhões

Perfumaria: R\$ 22,8 bilhões

Ainda segundo o Anuário, outra indústria que tem sofrido perdas significativas é a de autopeças. De acordo com a ABCF, o prejuízo registrado em 2025 pelo setor foi de R\$ 13 bilhões.

Nesta terça-feira (26), durante a posse da nova diretoria da Frente Parlamentar Mista em Defesa da **Propriedade Intelectual** e de Combate à Pirataria, o deputado Julio Lopes (PP-RJ) citou preocupação com a situação do setor.

"A gente fez um evento no Rio de Janeiro essa semana, na Firjan [Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro] e a empresa de pneus mostrou que já perdeu 70% do mercado. E é uma das principais empresas do Brasil, que está no Rio de Janeiro. Ela tem 8 mil empregados no Brasil e hoje ela tem apenas 30% de um mercado que já teve", disse o presidente empossado da FPI.

Impacto por estados

O estado de São Paulo, segundo o Anuário da ABCF, é que o mais sofre com as perdas do mercado ilegal, representando 40% do total, cerca de R\$ 205,6 bilhões.

Em seguida, vem o estado do Paraná, com 14% da perda total do país, com prejuízo estimado em R\$ 71,96 bilhões. Em terceiro, vem o estado do Rio Grande do Sul, que concentra 10% da perda do total, com valor nominal de R\$ 51,4 bilhões.

## Luiz Adolfo: Itália e remuneração de editores por plataformas de IA



27 de maio de 2026

Tribunal de Justiça da União Europeia decide que a Itália tem o direito de estabelecer que os editores de imprensa recebam uma remuneração justa das plataformas de Inteligência Artificial

Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo Seguir no Google

por Luiz Gonzaga Silva Adolfo

No âmbito da inteligência artificial as coisas têm acontecido com velocidade incrível mundo afora, como todos bem sabemos. A cada dia surgem novas notícias que alteram de modo singular e significativo o estado da arte, em termos tecnológicos, políticos, econômicos e jurídicos.

Em 12 de maio de 2026, o Tribunal de Justiça da União Europeia acrescentou mais um ingrediente neste complexo tema. Trata-se da decisão que a Itália tem a prerrogativa de impor que os editores de imprensa recebam uma justa remuneração pelo uso de suas publicações pelas plataformas de inteligência artificial.

O veredito foi muito comemorado pelos empreendedores empresariais e órgãos de classe da área. O Conselho Europeu de Editores chegou a classificá-la como "crucial".

A Itália tinha recorrido ao Tribunal de Justiça da União Europeia após a Meta (que conduz o Facebook e o Instagram), questionar em juízo lei italiana a

respeito da temática. Tal regramento é uma transposição para o direito italiano da Diretiva Europeia de Direitos de Autor de 2019 e de Direitos Conexos no Mercado Único Digital.

Dito de outra forma, O Tribunal Europeu determinou que a normativa italiana e a competência da autoridade de comunicação local (AGCOM) para estabelecer critérios de cálculo de pagamentos estão plenamente alinhadas com as diretrizes de **direitos autorais** da União Europeia.

A empresa de tecnologia alegava que as exigências do país iam além das normas europeias de proteção autoral.

Embora o foco do processo tenha sido o uso de trechos de notícias (snippets), a decisão reforça o histórico europeu de criação de um mercado mais equilibrado e estabelece um importante precedente no contexto de disputas relacionadas ao treinamento não remunerado de sistemas de inteligência artificial com **propriedade intelectual**.

A Corte enfatizou que, embora a remuneração seja permitida, as editoras têm o direito exclusivo de decidir se autorizam ou não a exibição e o uso de seus materiais na **internet** (incluindo a opção de fazê-lo gratuitamente), desde que não sejam obrigadas a negociações unilaterais ou abusivas.

O Tribunal destacou, especialmente, que "as editoras se encontram numa posição negocial frágil em comparação com estes fornecedores no que diz respeito à determinação de uma remuneração justa".

A deliberação reafirma a influência das nações europeias na luta contra desigualdade de poder econômico entre as gigantes tecnológicas e o setor de mídia, fixando uma base para o necessário debate sobre **direitos autorais** e inteligência artificial.

A discussão em questão insere-se no contexto mais vasto das disputas entre empresas de tecnologia e detentores de conteúdo, no que diz respeito à utilização de material protegido em sistemas de inteligência artificial. Processos análogos afetaram empresas como a OpenAI e a Anthropic.

Num comunicado à agência noticiosa Reuters, a Meta informou que irá proceder à análise da decisão e que manterá a cooperação enquanto o caso regressar às instâncias judiciais italianas.

Este fato acrescenta mais um ingrediente na complexa e controversa relação dos grandes players de inteligência artificial e dos criadores intelectuais em geral e dos titulares de **direitos autorais** e conexos.

Também no Brasil já há empresas jornalísticas questionando judicialmente o uso indevido de seus conteúdos.

O mundo da criação acompanha tudo, com atenção.

Luiz Gonzaga Silva Adolfo (Advogado, OAB/RS 29.597. Doutor em Direito. Professor de Direito. E-mail: gonzagaadolfo@yahoo.com.br).

O texto não representa necessariamente a opinião do Jornal GGN. Concorda ou tem ponto de vista diferente? Mande seu artigo para dicasdepau-taggn@gmail.com. O artigo será publicado se atender aos critérios do Jornal GGN.

"Democracia é coisa frágil. Defendê-la requer um jornalismo corajoso e contundente. Junte-se a nós: <https://www.catarse.me/JORNALGGN> "

## Acompanhamento de marca não é digitar o número do processo no INPI



Acompanhamento de marca não é digitar o número do processo no **INPI** Marcello Ávila Nascimento Sua marca está realmente protegida? Consultar o **INPI** às terças não basta. Descubra o que a doutrina, o STJ e a WIPO dizem sobre vigilância de marca. quarta-feira, 27 de maio de 2026

Atualizado às 09:04

A diferença entre documentar e proteger, e por que ela pode custar o seu patrimônio

O acompanhamento estratégico de marca é uma das práticas mais mal compreendidas no universo da **propriedade intelectual** brasileira. Todo titular que deposita um pedido de registro no **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial** recebe, como única orientação prática, a recomendação de consultar a RPI - Revista da **Propriedade Industrial**, publicada semanalmente às terças-feiras. Quem segue essa instrução ao pé da letra, digitando o número do processo no portal busca.inpi.gov.br, sente-se protegido. Não está. Entrar no site do **INPI** às terças-feiras e digitar o número do seu processo é, no máximo, verificar a movimentação burocrática de um expediente administrativo. Não é proteção. Não é preservação. E certamente não é o que organismos internacionais como WIPO, INTA, AIPPI, EUIPO e EPO recomendam a qualquer titular que leve a sério o valor de sua marca.

A ilusão do portal: O que você está fazendo quando digita o número do processo

Consultar o número do processo no portal do **INPI** permite conhecer publicações de exigências, despachos de indeferimento, arquivamento, concessão ou recurso. Nada mais. O portal não informa se outra empresa está requerendo registro de marca confundível com a sua. Não revela uso parasitário do seu sinal em domínios de internet, redes sociais ou embalagens de produtos concorrentes. Não detecta tentativas de diluição, de registro de marca derivada da sua, nem pedidos de caducidade por não uso formulados por terceiros sem aviso prévio ao titular - publicados na RPI, mas invisíveis a quem não monitora sistematicamente cada edição semanal.

João Gama Cerqueira, o mais influente tratadista brasileiro de **propriedade industrial**, ensinava que o direito à marca nasce com o uso, consolida-se com o registro, mas mantém-se apenas pela vigilância ativa do seu titular (Tratado da **Propriedade Industrial**, Vol. II). Newton Silveira adverte que a função essencial da marca (identificar a origem empresarial dos produtos e serviços) só se cumpre quando o titular é capaz de detectar e combater qualquer sinal que comprometa essa identificação (Marca: Função e Proteção). Pontes de Miranda conceituou o direito marcário como direito de propriedade de natureza dinâmica, que impõe ao titular obrigações de conservação equivalentes às de qualquer outro bem patrimonial (Tratado de Direito Privado, T. XVI). Affonso Celso, pioneiro da proteção marcária no Brasil, já diferenciava, no início do século XX, o ato de registrar do ato de guardar.

O que dizem os organismos internacionais de **propriedade intelectual**

A WIPO orienta expressamente, em seu guia de gestão de marcas para pequenas e médias empresas, que o registro de uma marca é apenas o ponto de partida da proteção, e que a vigilância contínua do mercado e dos pedidos de terceiros é indispensável para garantir a exclusividade do sinal (WIPO, Making a Mark: An Introduction to Trademarks for Small and Medium-sized Enterprises, 2ª ed.).



A INTA - International Trademark Association vai além: suas diretrizes de boas práticas estabelecem que o monitoramento regular de novos pedidos de registro é obrigação estratégica do titular, recomendando-se contratação de serviços especializados de vigilância (trademark watching) para detectar conflitos na fase em que ainda é possível impugnar.

O EUIPO publicou relatório identificando que mais de 38% das marcas registradas na Europa sofrem algum tipo de violação ou tentativa de registro parasitário nos primeiros cinco anos após a concessão, reforçando que o acompanhamento estratégico de marca não é luxo, mas necessidade econômica. O EPO, no âmbito das patentes, aplica raciocínio análogo: o título caduca diante da inação do titular frente a violações detectáveis. A AIPPI -Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuelle tem posição firme no sentido de que a proteção marcária efetiva pressupõe sistemas de alerta e resposta a pedidos conflitantes em jurisdições nacionais e internacionais.

A jurisprudência majoritária do STJ, das Cortes dos EUA e do EUIPO

O STJ brasileiro tem construído jurisprudência sólida no sentido de que a inércia do titular pode ser interpretada como tolerância ao uso paralelo. No REsp 1.804.891/SP, a ministra Nancy Andrighi assentou que a proteção da marca pressupõe vigilância ativa do titular, incumbindo-lhe adotar as medidas cabíveis para coibir o uso indevido assim que tenha ou devesse ter ciência da violação. O REsp 1.721.705/RJ consolidou o entendimento de que o titular que se omite diante do uso parasitário de sua marca por prazo prolongado pode ter sua pretensão indenizatória reduzida ou afastada com fundamento na suppressio. A inércia tem preço, sendo o enfraquecimento progressivo do seu direito a sua consequência direta.

Nas cortes norte-americanas (em especial o Segundo Circuito e o Federal Circuit), a doutrina do duty to police impõe ao titular o dever jurídico de monitorar ativamente o mercado e agir contra infratores, sob pena de enfraquecimento ou cancelamento do registro por abandonment ou naked licensing. Barton Beebe, em Trademark Law: An Open-Source Casebook, demonstra empiricamente que titulares que negligenciam o monitoramento têm taxas significativamente maiores de sucumbência em ações de infração movidas posteriormente. Mark

Lemley observa que a função econômica da marca depende da capacidade do titular de mantê-la limpa no mercado.

No EUIPO, a jurisprudência das Câmaras de Recurso é pacífica: a oposição a pedidos conflitantes é o instrumento natural de preservação da marca registrada, e sua não utilização no prazo de cinco anos configura aquiescência que pode ser invocada contra o titular. Fernández-Nóvoa, precursor do direito marcário europeu contemporâneo, sustentava que a marca não defendida é uma marca que morre. Lionel Bently confirma esse entendimento no direito britânico, e Marshall Leaffer no norte-americano: a marca vive enquanto seu titular a defende.

O que a doutrina internacional diz sobre vigilância ativa

A doutrina francesa, representada por Pouillet, Poullaud-Dulian, Mathély e Georges Bry, sempre tratou o direito marcário como um direito vivo, que exige renovação pela prática e pela defesa. Pouillet, no seu clássico *Traité des marques de fabrique*, 6ª ed., ensinava que a marca não defendida é a marca perdida, lição que ecoa em Paul Goldstein e Jane Ginsburg, ao analisarem os sistemas internacionais de **propriedade intelectual**: o valor econômico de uma marca é função direta da consistência e extensão de sua defesa ao longo do tempo. Doris E. Long reforça que o titular que não vigia sua marca permite que terceiros construam direitos paralelos que, com o passar do tempo, tornam-se juridicamente invocáveis.

Carlos Correa, sob a perspectiva de países em desenvolvimento, chama atenção para o fato de que a ausência de cultura de vigilância marcária é um dos principais vetores de apropriação indevida de sinais por concorrentes estrangeiros, sobretudo em mercados emergentes com sistemas administrativos de alto volume de depósitos, a exemplo do brasileiro, que se encontra entre os cinco maiores do mundo em número de pedidos de registro anuais. Manoel J. Pereira dos Santos e a equipe Dannemann Siemsen sintetizam: o registro de marca não é a chegada, é a partida de uma estratégia de proteção que, se descuidada, se esvazia progressivamente no confronto com o mercado.

As ameaças reais que o portal do **INPI** não vai mostrar

Quando você digita o número do processo na terça-feira, não você não vê:

Depósitos de marcas semelhantes feitos por concorrentes naquela semana, que serão publicados para oposição em 60 dias (prazo fatal, decadencial, improrrogável);

Uso não autorizado do seu sinal em e-commerce, redes sociais e domínios de internet, que geram direitos de fato sobre parcelas do seu público;

Pedidos/registros parasitários de variações gráficas ou fonéticas da sua marca em classes correlatas, que criam zonas de exclusão ao uso da sua marca ou crescimento do seu negócio;

Pedidos de caducidade por não uso, formulados por terceiros sem qualquer aviso prévio ao titular - publicados na RPI, porém invisíveis a quem não acompanha sistematicamente cada edição semanal; o prazo de defesa de 60 dias (art. 146 da lei 9.279/1996) começa a correr na data da publicação, independentemente de notificação pessoal.

Nenhum desses eventos aparece na consulta processual do portal. Todos exigem ação imediata, com prazos que começam a correr na data de publicação na RPI, independentemente de qualquer notificação ao titular. Quem não vigia, perde.

O verdadeiro acompanhamento estratégico de marca

O acompanhamento estratégico de marca compreende, no mínimo: (a) monitoramento semanal da RPI para identificar pedidos de terceiros que conflitem com o seu sinal; (b) vigilância de domínios, redes sociais e plataformas digitais; (c) pesquisa periódica de mercado para detectar uso não autorizado; (d) análise de risco de diluição e eventual propositura de oposição, recurso ou nulidade administrativa; e (e) gestão proativa do portfólio marcário, com vistas à renovação, extensão de classe e internacionalização pela via do Protocolo de Madri (WIPO).

E, é exatamente aqui que reside a diferença entre um titular com documento e um titular com patrimônio protegido. Assim como o proprietário de um imóvel não se satisfaz com a escritura registrada em cartório (pois instala muros, câmeras e alarmes), o titular de uma marca não pode se contentar com o número do processo no **INPI**. A lógica da preservação patrimonial é universal: toda aquisição exige conservação. Todo patrimônio exige defesa. A

marca não é exceção.

Bento de Faria, ao comentar o regime marcário do início do século XX, já chamava atenção para o fato de que o registro atribui direito, mas não o protege automaticamente. Caberia ao titular, sempre, acionar os mecanismos de defesa disponíveis. Essa lição, centenária, permanece inteiramente válida.

Considerações finais: Documentar não é proteger

Entrar no site do **INPI** às terças-feiras e digitar o número do seu processo é uma cortesia burocrática. Essa ação não detecta ameaças, não aciona defesas, não preserva sua posição competitiva e não cumpre o dever de vigilância que a lei, a doutrina nacional e internacional, e a jurisprudência do STJ, das cortes norte-americanas e do EUIPO impõem ao titular de marca requerida ou registrada. O acompanhamento estratégico de marca é a diferença entre possuir uma marca no papel e dominá-la efetivamente no mercado.

Se a sua marca está registrada ou tem pedido em andamento e você nunca monitorou sistematicamente a RPI, o primeiro passo é uma conversa. Avaliamos o histórico do seu processo, identificamos se há sinais semelhantes circulando no mercado e estruturamos o acompanhamento estratégico adequado ao estágio do seu registro - antes que um prazo realmente fatal corra sem que você saiba.

---

BEEBE, Barton. Trademark Law: An Open-Source Casebook. New York: Harvard Law School, 2023. Disponível em: <https://tmcasebook.org>.

BENTLY, Lionel; DINWOODIE, Graeme B. Trademark Law and Theory: A Handbook of Contemporary Research. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

BENTLY, Lionel; SHERMAN, Brad. Intellectual Property Law. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º, inciso XXIX - proteção às criações industriais, à propriedade das marcas e aos outros signos distintivos. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade industrial**. Brasília, DF: Presidência da Repú-



blica, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.721.705/RJ. Terceira Turma. Diário de Justiça Eletrônico. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.804.891/SP. Terceira Turma. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Acórdão publicado no Diário de Justiça Eletrônico. Disponível no portal de jurisprudência do STJ em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/>.

CELSONO, Affonso. Marcas Industriais e Nome Comercial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da **Propriedade Industrial**. 2. ed. rev. e atual. por Luiz Gonzaga do Rio Verde e João Casimiro Costa Neto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 2 v.

CORREA, Carlos M. Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights: A Commentary on the TRIPS Agreement. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Lanham Act (Trademark Act of 1946). 15 U.S.C. §§ 1051-1141n. United States Congress, 1946. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/15/chapter-22>.

ESTADOS UNIDOS. United States Court of Appeals for the Federal Circuit. Disponível em: <https://cafc.uscourts.gov/opinions-orders/search-for-opinions>.

ESTADOS UNIDOS. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Jurisprudência em matéria de trademark. Disponível em: <https://www.ca2.uscourts.gov/decisions>.

EUROPEAN PATENT OFFICE - EPO. EPO Guidelines for Examination. Munich: EPO, 2024. Disponível em: <https://www.epo.org/en/legal/guidelines-epc>. (Diretrizes oficiais do EPO para exame de patentes, aplicadas analogicamente quanto ao dever de manutenção e defesa do título pelo titular.)

EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE - EUIPO. European Trademark and Design Network: Status Report. Alicante: EUIPO. Disponível em: . (Relatório periódico do EUIPO sobre violações de marcas e registros para-

sitários na União Europeia.)

FARIA, Bento de. Das Marcas de Fábrica e de Comércio e do Nome Comercial. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1906.

FERNÁNDEZ-NÓVOA, Carlos. Tratado sobre Derecho de Marcas. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2004.

GINSBURG, Jane C.; GOLDSTEIN, Paul. International Intellectual Property Law and Policy. 3. ed. St. Paul: Foundation Press/West Academic, 2018.

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI**. Portal de Serviços: Busca de Marcas. Rio de Janeiro: **INPI**. Disponível em: <https://busca.inpi.gov.br/pePI/>.

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI**. Revista da **Propriedade Industrial** - RPI. Rio de Janeiro: **INPI**, 1971-. Publicação semanal (terças-feiras). Disponível em: <https://revistas.inpi.gov.br/rpi/>.

INTERNATIONAL TRADEMARK ASSOCIATION - INTA. Trademark Basics: A Guide for Businesses. New York: INTA. Disponível em: <https://www.inta.org/trademark-basics/>.

LEAFFER, Marshall. Understanding Trademark Law. 3. ed. New Providence: LexisNexis Matthew Bender, 2014.

LEMLEY, Mark A. The Modern Lanham Act and the Death of Common Sense. The Yale Law Journal, New Haven, v. 108, n. 7, p. 1687-1715, 1999. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol108/iss7/4>.

LONG, Doris E. Principles of Intellectual Property Law. St. Paul: West Academic Publishing, 2012.

MATHÉLY, Paul. Le droit français des signes distinctifs. Paris: Journal des notaires et des avocats, 1984.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956. t. XVI: Direito das Coisas: **Propriedade Industrial**.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC. Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio - TRIPS/ADPIC. Marraquexe, 1994. Promulgado no Brasil pelo Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>

ccivil\_03/decreto/antigos/d1355.htm.

PEREIRA DOS SANTOS, Manoel J.; JABOUR, Wilson (coord.). Comentários à Lei da **Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

POUILLET, Eugène. Traité des marques de fabrique et de la concurrence déloyale en tous genres. 6. ed. Paris: Marchal et Billard, 1912.

POULLAUD-DULIAN, Frédéric. La propriété industrielle. Paris: Economica, 2011.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual: propriedade industrial**, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes. 5. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2014.

SITE OFICIAL do escritório ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA. Disponível em: [www.avilanascimento.adv.br](http://www.avilanascimento.adv.br)

<https://avilanascimento.adv.br/#informativos>.

Acesso em 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Instituto da União Europeia para a **Propriedade Intelectual** - EUIPO. Câmaras de Recurso: base de decisões. Alicante, Espanha. Disponível em: <https://euipo.europa.eu/eSearch/#advanced/trademarks>.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2017/1001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, sobre a marca da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, Luxemburgo, 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32017R1001>.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. Global Brand Database. Geneva: WIPO. Disponível em: <https://branddb.wipo.int>.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. Madrid System for the Inter-

national Registration of Marks. Geneva: WIPO. Disponível em: <https://www.wipo.int/madrid/en/>.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. Making a Mark: An Introduction to Trademarks for Small and Medium-sized Enterprises. 2. ed. Geneva: WIPO, 2006. (WIPO Publication n. 900E.) Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_pub\\_900.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_900.pdf).

Marcello Ávila Nascimento Sócio ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA | +29 anos **INPI** | + 22 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia | Pós Prop Industrial-UERJ | Mestrado Prop Intelectual-**INPI** | Pós Proc Civil-PUC | Pós Saúde-Verbo.

## Obra coletiva debate desafio contemporâneos da propriedade intelectual



Com coautoria de Sóstenes Marchezine, a obra aborda o impacto das novas tecnologias na **propriedade intelectual**, na inovação e na regulação jurídica atual.

Lançamento Obra coletiva debate desafios contemporâneos da **propriedade intelectual** Com coautoria de Sóstenes Marchezine, a obra aborda o impacto das novas tecnologias na **propriedade intelectual**, na inovação e na regulação jurídica atual.

Da Redação

quarta-feira, 27 de maio de 2026

Atualizado às 16:54

A obra coletiva "**Propriedade Intelectual** e Tecnologias Contemporâneas" (Editora Mizuno, 910p.) reúne artigos que abordam os desafios impostos ao Direito contemporânea pela IA, blockchain, proteção de dados, direitos autorais, ativos intangíveis, regulação digital e inovação sustentável.

O livro foi organizado pelo ministro do STJ Paulo Dias de Moura Ribeiro, ao lado dos juristas Wilson Furtado Roberto e Maria Eduarda Trindade dos Reis. O prefácio da obra é assinado pelo também ministro do STJ Sebastião Reis Júnior.

Ao longo dos capítulos, os autores examinam como o avanço das tecnologias contemporâneas vem impondo releituras sobre a estrutura normativa da **propriedade intelectual**, especialmente diante da

descentralização dos processos criativos e da expansão dos ecossistemas digitais globais.

Entre os coautores estão Sóstenes Marchezine, sócio-diretor do Arnone Advogados Associados, vice-presidente do Instituto Global ESG e conselheiro da OAB/DF, e Fabiana Favreto, especialista em tribunais superiores.

O livro aborda IA, blockchain, direitos autorais e inovação tecnológica no contexto da **propriedade intelectual**. (Imagem: Divulgação)

Os advogados assinam o capítulo "**Propriedade Intelectual** como Instrumento de Fomento à Inovação Sustentável: Patentes Verdes, Tecnologias Limpas e os Desafios do Enforcement Jurídico no Contexto do ESG", que analisa o papel da **propriedade intelectual** no desenvolvimento sustentável, na transição energética, na transferência tecnológica e na governança climática.

No capítulo, os autores examinam como o sistema de patentes vem sendo reinterpretado globalmente diante da emergência climática, da expansão das políticas ESG e da necessidade de aceleração tecnológica voltada à sustentabilidade.

Segundo Sóstenes Marchezine, "a **propriedade intelectual** passou a integrar o núcleo estratégico das políticas de inovação sustentável. Hoje, discutir patentes, tecnologias limpas e transferência tecnológica significa também discutir desenvolvimento econômico, governança climática, segurança regulatória e competitividade internacional", afirma.

A publicação é voltada a advogados, magistrados, pesquisadores, profissionais da inovação, membros do Ministério Público, especialistas em ESG, agentes regulatórios, estudiosos da **propriedade intelectual** e profissionais interessados na interface entre sustentabilidade, tecnologia e desenvolvimento econômico.

## Amazon apresenta Project Nara, plataforma focada na criação de séries e filmes com IA

O Project Nara, nova plataforma de produção com inteligência artificial desenvolvida pela Amazon MGM Studios em parceria com a Amazon Web Services (AWS), foi apresentado ao mercado nesta quarta-feira durante o evento AI on the Lot 2026, no Culver Studios. Junto com o anúncio da ferramenta, a empresa revelou o GenAI Creators' Fund, um fundo de financiamento e acesso a ferramentas de IA para cineastas, criadores digitais e startups de tecnologia, além de confirmar o greenlight de três séries animadas para o Prime Video.

A proposta central do Project Nara é funcionar como um workspace colaborativo que integra agentes de produção com IA às ferramentas que os criadores já utilizam no dia a dia, como Maya, Blender, Nuke, Unreal Engine e o pacote de produtos da Adobe.

A plataforma é descrita como a primeira voltada especificamente para a narrativa visual de qualidade cinematográfica, e será disponibilizada exclusivamente para os selecionados pelo GenAI Creators' Fund. A arquitetura do sistema é chamada de modelo-agnóstico, combinando os melhores modelos de vídeo de terceiros com modelos proprietários da empresa. O Project Nara também conta com um sistema de rastreamento de origem para garantir a proteção da **propriedade intelectual** dos criadores.

**ASSINE O AMAZON PRIME POR APENAS 19,90/MÊS!**

Albert Cheng, diretor de operações da Amazon MGM Studios, fez questão de deixar claro o posicionamento do estúdio em relação ao uso da tecnologia. "A coisa mais importante a lembrar é que somos centrados no ser humano", disse Cheng ao Variety. "As ferramentas de IA têm o objetivo de potencializar a criatividade humana e permitir que séries e filmes que antes não seriam possíveis existam."

O executivo também destacou uma das principais críticas que os criadores fazem à IA generativa atualmente: "Um dos maiores problemas que ouvimos dos criadores é que a IA não faz o que você quer que ela faça", afirmou. Segundo ele, os sistemas de

vídeo generativo disponíveis hoje foram construídos pensando em redes sociais, e o objetivo do Project Nara é transformar esses modelos em ferramentas de fato utilizáveis pela indústria.

Entre as promessas concretas da plataforma está a redução de custos e do tempo de produção. Para demonstrar a viabilidade da proposta, a Amazon MGM Studios deu aos três primeiros parceiros um prazo de apenas cinco semanas para entregar os pilotos. Cheng também ressaltou que a tecnologia permite que diretores visualizem como uma cena específica ficará ainda antes do início das filmagens principais, possibilitando ajustes criativos antes de chegar ao set. Em todos os projetos viabilizados pela iniciativa, os criadores trabalham com atores e dubladores humanos. As três séries animadas aprovadas

As produções confirmadas para o Prime Video ainda não têm datas de estreia divulgadas, mas já têm nomes e premissas definidos: "Punky Duck": criada por Jorge R. Gutierrez, diretor do longa-metragem animado Festa no Céu pela 20th Century Studios. Na série, um pato punk e seu melhor amigo, o Gato Sorridente, vagam por um Los Angeles caricata e se envolvem em situações absurdas, de invasões alienígenas a conspirações criminosas robóticas e dramas familiares no estilo telenovela. "Love, Diana Music Hunters": criada por Albie Hecht, diretor de conteúdo da pocket.watch e ex-presidente da Nickelodeon. Baseada em Diana, a criadora parceira da pocket.watch descrita como a garota mais seguida do YouTube, a série acompanha uma jovem banda de músicos de K-pop que viaja pelo espaço até o Planeta Goo para realizar um show e salvar os alienígenas. "Cupcake & Friends": criada pelo BuzzFeed Studios. Uma cupcake e seus amigos enfrentam os desafios e as reviravoltas inesperadas de uma festa de pijama.

O valor dos orçamentos distribuídos pelo GenAI Creators' Fund não foi divulgado por Cheng. Os recursos são destinados à criação de pilotos de prova de conceito e curtas; o estúdio então decide quais projetos seguem para produção completa. Além das

---

Continuação: Amazon apresenta Project Nara, plataforma focada na criação de séries e filmes com IA

três animações, a Amazon MGM Studios está desenvolvendo também um curta em live-action com outro criador, cujo nome não foi revelado. Fonte: Variety



## Propriedade intelectual será tema em painel na Feira Brasileira de Sementes



A Feira Brasileira de Sentes (Febras) se consolida a cada ano como um dos principais eventos do setor de sementes do Brasil. Dentre os destaques, um painel trará para o debate o reconhecimento de **propriedade intelectual** dentro do segmento. O evento idealizado e promovido pela Associação dos Produtores de Sentes do Mato Grosso (Aprosmat), sua quinta edição tem como tema "A semente é o elo". A Febras que ocorre em Rondonópolis (MT), nos dias 17 e 18 de junho, no Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias.

Um dos convidados para o painel sobre **propriedade intelectual** será Fernando Michel Wagner, que atualmente exerce a gerência executiva de Negócios Institucionais da GDM Seeds. Para ele, o debate gira em torno dos desafios e dos impactos para o setor de sementes, relação ao reconhecimento de **propriedade intelectual**. "Esse é um tema que está em discussão dentro dos movimentos do agronegócio e muitas vezes apesar das discussões serem acaloradas, penso que isso mostra maturidade. Acho que o Brasil já é protagonista global dentro do agronegócio, genética, produtividade, mas ele precisa de instrumentos compatíveis, como a dimensão do negócio que ele tem, um diálogo limpo e construtivo, que escute e consiga conciliar o máximo possível para que a nós possamos evoluir nesse sentido", pontuou.

Também farão parte do painel "A Dinâmica do Reconhecimento de **Propriedade Intelectual** e os Im-

pactos para o Negócio de Sentes", Catharina Pires (Croplife), Augusto Moraes (Corteva), Carlos Goulart (Mapa), Fernando Prudente (Bayer), Ronaldo Troncha (Abras) e Lucas Silva (BASF).

O evento foi desenhado para promover não apenas o conhecimento técnico, mas também a geração de negócios e o fortalecimento de parcerias. A estrutura contará com palestras estratégicas ofertando conteúdos voltados especificamente para os setores de sementes e grãos, exposição tecnológica e máquinas e networking qualificado, com ambientes planejados para conexões empresariais e um happy hour de integração ao final das atividades.

As inscrições para a Febras 2026 estão disponíveis em [www.aprosmat.com.br](http://www.aprosmat.com.br).

Confira quem são os demais palestrantes da 5ª Edição da FEBRASEM:

Maurício Schineider - CEO da StarSe Agro e cofundador da Solubio, uma das gigantes biotechs do agronegócio brasileiro.

Maria de Fátima Zorato - Bióloga, com mestrado em Fitopatologia e doutorado em Ciência e Tecnologia de Sementes.

Geri Meneghello - Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciência e Tecnologia de Sementes (UFPEL).

França Neto - Ph.D. em Fisiologia e Patologia de Sementes junto à Universidade da Flórida.

Eduardo Lourenço - Doutor e mestre em Direito Constitucional com especialização em Direito Empresarial e Contratos e possui L.L.M. (Master of Laws) em Direito Tributário.

Anderson Galvão - Engenheiro agrônomo e fundador e diretor da Céleres.

Janaína Martuscello - Zootecnista e professora titular da Universidade Federal de São João del-Rei (MG).

Jonas Pinto - Doutor em Ciência e Tecnologia de Sementes pela UFPEL e atua há mais de 20 anos no setor de sementes.

---

Continuação: Propriedade intelectual será tema em painel na Feira Brasileira de Sementes

Marcelo Batistela - Vice-presidente da Divisão de Soluções para Agricultura da Basf do Brasil.

Frederico Barreto - Head Comercial da Syngenta Seeds.

Francisco Soares Neto - presidente da @tmgenetica TMG - Tropical Melhoramento & Genética

Júlio César Poletto - Líder de Negócios na GDM.

Ignácio Rosasco - Diretor e sócio da Stine América Latina.

William Weber - Líder Comercial Norte & Pastag BR & PY Corteva.

Fábio Passos - Líder da Unidade Comercial de Soja e Lançamento da Bayer.

## Audiolivros piratas feitos com inteligência artificial se disseminam no YouTube



Programas de IA viraram ferramentas rápidas para lucrar ilegalmente com anúncios

Plataforma diz que é responsabilidade de editoras sinalizar violação de **direitos autorais**

Por qualquer critério que se use, o mais recente thriller jurídico de John Grisham, "The Widow", foi um sucesso absoluto. Vendeu mais de 1,3 milhão de cópias desde seu lançamento no outono passado e recebeu críticas entusiasmadas no Goodreads, Amazon e Audible, onde os ouvintes elogiaram tanto a história quanto a narração de Michael Beck.

Mas, no YouTube, uma versão gratuita do audiobook de "The Widow", que tem mais de 80 mil visualizações, recebeu uma enxurrada de reclamações.

Os ouvintes ficaram horrorizados com a narração emocionalmente monótona e robótica e confusos com os vídeos que passavam ao fundo. As cenas - mostrando uma cachoeira, uma família fazendo piquenique em uma praia tropical, pessoas mergulhando em um recife de coral e um homem trabalhando em um arrozal - não tinham nada a ver com a história de Grisham sobre um advogado de cidade pequena na zona rural da Virgínia que se vê julgado por assassinato.

"A voz de IA torna difícil acompanhar e fica entediante", reclamou um comentarista. "A história parece ótima. Mas a narração a torna horrível." "Tive uma reação parecida, mas aí lembrei que era de graça", rebateu outro ouvinte.

"The Widow" é um dos inúmeros audiobooks pirateados que aparecem como vídeos no YouTube, reproduzindo desde "Harry Potter" e "Jogos Vorazes" até ficção literária de destaque e best-sellers de negócios. Os vídeos às vezes atraem dezenas de milhares de ouvintes.

Embora a **pirataria** seja um problema para o mercado editorial há muito tempo, o rápido crescimento de audiobooks não autorizados no YouTube, que editoras e autores acreditam estar corroendo as vendas de seus livros, representa um novo desafio para a indústria.

Os audiobooks dispararam em popularidade nos últimos anos nos Estados Unidos, impulsionados pelo uso generalizado de smartphones e pelo consequente aumento nos serviços de streaming de áudio, e se tornaram uma fonte essencial de receita para as editoras.

Editoras e produtoras de audiobooks estão investindo pesadamente neles, gravando produções grandiosas com elencos completos, repletas de efeitos sonoros e trilhas musicais, em um esforço para redefinir audiobooks como uma forma de arte narrativa própria, não apenas mais um formato editorial.

Ao mesmo tempo, programas de inteligência artificial deram aos piratas novas ferramentas para reproduzir rapidamente audiobooks e lucrar ilegalmente com eles por meio de anúncios.

A IA facilitou a criação rápida de audiobooks usando narração sintética. Como a maioria das tecnologias **antipirataria** é projetada para detectar arquivos idênticos, não alterados, muitos deles escapam da detecção por programas usados para identificar violação de **direitos autorais**. Versões de IA de livros muito aguardados frequentemente aparecem no YouTube horas após serem lançados.

Grisham diz que o YouTube deveria assumir alguma responsabilidade pela disseminação de audiobooks copiados ilegalmente em seu site.

"Os ladrões e piratas que roubam meu trabalho e tentam lucrar com ele, em qualquer formato, deve-

riam ser punidos civil e criminalmente", escreve em um email ao New York Times. "E, neste exemplo específico, o YouTube é cúmplice, porque está claro que eles sabem o que está acontecendo e se recusam a impedir."

Um representante do YouTube disse ao Times que nenhuma reclamação de violação de **direitos autorais** foi feita à empresa contra aquele vídeo contendo "The Widow".

O representante afirma que as editoras são, em última instância, responsáveis por lidar com a violação de **direitos autorais** na plataforma, sinalizando-a ao YouTube, e diz que a empresa não está em posição de determinar se os usuários receberam ou não permissão dos detentores dos direitos para fazer upload de determinado conteúdo.

"Por mais de duas décadas, construímos sistemas que ajudam os detentores de direitos a gerenciar e controlar seu conteúdo protegido por **direitos autorais** - investindo continuamente para garantir que esses sistemas evoluam à medida que novas ameaças surgem", diz um porta-voz do YouTube, Jack Malon, em comunicado. "A IA é a mais nova fronteira, e nossa abordagem permanece a mesma."

Audiolivros copiados ilegalmente também apareceram em outras plataformas, onde os piratas às vezes os disfarçam como podcasts, dividindo-os em capítulos.

Mas as editoras dizem que o YouTube apresenta o maior desafio, tanto porque a plataforma é muito popular quanto porque o YouTube tem pouco incentivo para resolver o problema - diferentemente de plataformas como Apple Books e Spotify, que têm acordos financeiros com editoras para licenciar ou vender seu conteúdo.

O YouTube atrai cerca de 2 bilhões de espectadores todos os dias. Uma pesquisa de 2025 com consumidores de audiolivros, encomendada pela Audio Publishers Association, descobriu que 35% deles tinham ouvido um audiolivro na plataforma.

É difícil determinar quantos audiolivros pirateados estão disponíveis no YouTube. As pessoas que fazem upload deles frequentemente tentam escapar da detecção alterando os arquivos, adicionando pausas, música ou até modificando ligeiramente o texto.

Às vezes, os piratas colocam conteúdo não relacionado no início para enganar a detecção. E quando

um canal com conteúdo pirateado é derrubado, outro frequentemente toma seu lugar.

Executivos de editoras e de audiolivros dizem que não estão equipados para lidar com o problema usando o protocolo de remoção do YouTube, que exige que as editoras façam manualmente o upload de cada lote de solicitações de remoção.

"O processo atual é trabalhoso, demorado e, em última análise, ineficaz, já que os infratores republicam rapidamente sob um pseudônimo diferente", disse Ana Maria Alessi, presidente e editora da Hachette Audio.

Os audiolivros se tornaram uma fonte crítica de crescimento para as editoras. As receitas com vendas de audiolivros digitais no ano passado atingiram US\$ 1,1 bilhão nos EUA, um aumento de mais de 310% em relação a 2016, segundo a Association of American Publishers. A parcela de receita das editoras proveniente de áudio digital foi de mais de 11% no ano passado, ante 3,5% em 2016.

"A combinação de uma forma adicional de **pirataria** de audiolivros com o crescente público dos audiolivros tornou a **pirataria** no YouTube um problema real", disse Mary Rasenberger, CEO da Authors Guild. "Se você pesquisar qualquer best-seller, encontra um audiolivro gratuito no YouTube."

As grandes editoras estão contratando empresas de tecnologia para ajudá-las a identificar e combater audiolivros gerados por IA.

A Association of American Publishers, que atua como defensora jurídica e política para a indústria editorial, recentemente contratou a Vermillio, uma plataforma de licenciamento e proteção de IA que rastreia **propriedade intelectual**. A Vermillio está varrendo dezenas de milhares de audiolivros no YouTube e outras plataformas em busca de violação de **direitos autorais**, incluindo em arquivos que foram manipulados com IA.

No mês seguinte à publicação de um novo best-seller, a empresa encontra, em média, mais de 5.000 casos individuais de versões piratas de IA em várias plataformas online, diz um porta-voz da Vermillio. Essas edições piratas de IA podem coletivamente atrair mais de 200 mil reproduções, segundo a empresa - o que significa que um público substancial está consumindo os audiolivros gratuitamente.

"O que queremos na indústria editorial é que o YouTube seja um parceiro e não deixe passivamente o conteúdo ilegal proliferar", disse Maria A. Pallante, presidente e CEO da Association of American Publishers. "Isso não é a dark web. Estamos falando de uma marca americana realmente popular."

As grandes editoras e a Audible, maior produtora e varejista de audiolivros do mundo, que pertence à Amazon, intensificaram seus esforços **antipirataria**, o que inclui varrer plataformas em busca de conteúdo infrator.

"Estamos investindo significativamente na identificação e remoção ativa de conteúdo de audiolivros pirateados em sites e locais como o YouTube e trabalhando em estreita colaboração com nossos parceiros para enfrentar o desafio de confrontar e acabar com a **pirataria**", diz Rachel Ghiazza, diretora de conteúdo da Audible.

Editoras e organizações de audiolivros dizem que o YouTube, que pertence ao Google, não fez o suficiente para resolver o problema, apesar de ter desenvolvido ferramentas sofisticadas para lidar com música e filmes pirateados.

Por meio de seu programa Content ID, o YouTube pode escanear automaticamente uploads de vídeo em busca de conteúdo protegido por **direitos autorais**. Os detentores de **direitos autorais** são alertados quando há uma correspondência e podem optar

por bloquear o conteúdo pirateado ou monetizá-lo.

Mas as editoras dizem que o Content ID, que foi construído para música e funciona combinando conteúdo enviado com uma "impressão digital" de áudio de um arquivo de referência, não é tão eficaz para audiolivros quanto é para músicas.

Com audiolivros, mesmo pequenas alterações - como mudanças na velocidade, tom ou voz, ruído de fundo ou música adicionados - podem impedir uma correspondência.

Se há um lado positivo no aumento da **pirataria** no YouTube, é que o formato claramente encontrou um público crescente na maior plataforma do mundo.

"As pessoas estão se dando muito trabalho para piratear nossos livros, o que significa que há uma base de ouvintes e público lá", disse Amanda D'Acerno, presidente da Penguin Random House Audio Global. "Só precisamos encontrar uma maneira legítima de levar o conteúdo até eles."



## 'Made in Itajubá': cidade do Sul de Minas recebe selo nacional e mira expansão tecnológica



Reconhecimento de Indicação Geográfica (IG) foi anunciado nesta terça-feira (26), durante o HardTech Innovation 2026. Município reúne mais de 150 empresas de base tecnológica. Carregando

Itajubá (MG) recebeu nesta terça-feira (26) o selo de **Indicação Geográfica** (IG) para serviços de tecnologia. O reconhecimento foi concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, durante o HardTech Innovation 2026.

Siga a página do g1 Sul de Minas no Instagram

O município já reúne mais de 150 empresas de base tecnológica e uma das maiores densidades de startups per capita do país, segundo o Sebrae, com atuação em áreas como engenharia, automação industrial, inteligência artificial, robótica e aeronáutica.

O selo traz a imagem do educador e político Theodomiro Carneiro Santiago, referência no desenvolvimento educacional e industrial da cidade.

O reconhecimento marca a apresentação simbólica da certificação, e o pedido de registro será protocolado oficialmente no **INPI**. Após essa etapa, as empresas que atenderem aos critérios poderão solicitar autorização para uso da marca.

A certificação reforça o potencial de atração de investimentos, empresas e empregos qualificados.

Impacto esperado na cidade

Para moradores e estudantes, a expectativa é que o selo amplie as oportunidades de emprego e crescimento profissional no município.

Murilo Campos, de 16 anos, que faz curso de programação no Senac, acredita que o reconhecimento pode abrir caminhos para os jovens.

"Esse selo é importante porque pode trazer mais empresas e mais vagas. A gente consegue evoluir na carreira sem precisar sair da cidade", diz o estudante.

A moradora Ivonete da Silva também vê o reconhecimento como uma oportunidade para o futuro do filho, Davi Silva.

"A cidade já cresceu muito e está tendo mais empregos. Quem sabe no futuro meu filho consiga trabalhar aqui mesmo."

Até mesmo quem não trabalha diretamente com tecnologia enxerga o potencial de crescimento indireto. É o caso de Cleria Marques, que trabalha como motorista de aplicativo na cidade. Para ela, o selo funciona como um "ímã" de novas oportunidades para o setor de transportes e comércio.

"Como motorista de aplicativo, vejo que esse selo pode trazer mais empresas e mais pessoas para circular por aqui. Com isso, gera mais trabalho para mim e faz a economia local girar como um todo", relata Cleria.

O itajubense Elcio Almir, pai de um estudante da área de computação, também destaca a valorização do município.

"Além de ser uma cidade boa para viver, Itajubá ganha mais valor com esse reconhecimento. Isso fortalece as empresas, traz desenvolvimento e movimentação a economia local", afirma Elcio.

Empresas esperam expansão

Empresas do setor acreditam que o selo pode impulsionar a expansão dos negócios e aumentar a credibilidade das companhias instaladas na cidade.

Criada na faculdade como um projeto universitário, a empresa Moontech Soluções, de Ian Marcelo Bottar, atua há cerca de 10 anos no desenvolvimento de soluções para a indústria alimentícia.

"A empresa começou na faculdade e fomos conquistando espaço no mercado. Com o selo, a expectativa é expandir mais, contratar pessoas e fortalecer ainda mais o produto", afirma Ian.

Para Walysson do Nascimento Cabral, sócio da empresa, o reconhecimento fortalece a imagem do setor local no cenário nacional.

"Não é só visibilidade. As empresas daqui passam a ter um olhar mais qualificado no mercado."

A empresa IJA, que trabalha com drones no setor agropecuário, decidiu se instalar no município pela ligação histórica com a tecnologia e as universidades. O gerente de projetos e pesquisa, Enzo Carvalho, avalia que o selo pode acelerar o desenvolvimento econômico local.



Itajubá (MG) conquista selo do INPI para serviços de tecnologia Itajubá (MG) conquista selo do INPI para serviços de tecnologia

"Mais negócios chegando significam mais desenvolvimento, mais empregos e fortalecimento da cidade como um todo."

Uma das maiores empresas instaladas na cidade, a Helibras também prevê crescimento com o reconhecimento. O presidente da empresa, Amaury Bastos, afirmou que o selo está alinhado com os planos de expansão da fábrica em Itajubá.

"Esse reconhecimento vem ao encontro da nossa visão de futuro. Queremos continuar expandindo nossa produção e mão de obra no Brasil e em Itajubá."

Reconhecimento valoriza tradição tecnológica

Segundo o diretor administrativo do Inovates, Anselmo Buss Júnior, a certificação representa o reconhecimento de uma trajetória construída ao

longo de décadas.

"A IG amplia a visibilidade de Itajubá e cria novas oportunidades para empresas, universidades e profissionais da região."

Para o diretor da Inovai, Maurício Bitencourt, o reconhecimento valoriza uma característica histórica do município.

"Itajubá sempre teve tradição na formação de profissionais de excelência. O selo fortalece essa identidade e ajuda as pessoas a entenderem o potencial tecnológico que a cidade possui", afirma.

Ele também destacou a importância de aproximar os jovens do setor. "A gente precisa trazer as novas gerações para a tecnologia e mostrar que existe oportunidade aqui."

Para o prefeito de Itajubá, Rodrigo Rieiras, o selo consolida uma trajetória construída ao longo do tempo.

"Esse reconhecimento faz jus ao que Itajubá vem construindo há décadas e fortalece o ecossistema da cidade", afirma.

O que é a Indicação Geográfica

A Indicação Geográfica (IG) é um reconhecimento concedido a regiões que se destacam na produção de determinados produtos ou serviços.

No Brasil, o selo é mais comum em setores como café, queijo, vinho e cachaça. No caso de Itajubá, o diferencial está ligado à produção de conhecimento e aos serviços tecnológicos desenvolvidos na cidade.

A certificação recebida é da modalidade Indicação de Procedência, aplicada quando há reputação consolidada em determinada atividade econômica.

No caso de Itajubá, a conquista da Indicação Geográfica começou a ser estruturada em 2022 e envolveu universidades, empresas e entidades ligadas ao setor tecnológico.

Segundo Andresa Paes, analista do Sebrae Minas, foi elaborado um dossiê com documentos e registros que comprovaram a reputação de Itajubá na área de tecnologia e inovação.

"Após o protocolo no **INPI**, as empresas poderão solicitar autorização para utilizar o selo, desde que atendam aos critérios técnicos definidos pelo comitê gestor", afirma.

HardTech Innovation 2026

---

Continuação: 'Made in Itajubá': cidade do Sul de Minas recebe selo nacional e mira expansão tecnológica

O HardTech Innovation é um evento voltado à tecnologia, inovação e indústria, que reúne empresas, startups, estudantes, pesquisadores e especialistas do setor.

A edição de 2026 acontece em Itajubá e é direcionada tanto a profissionais da área quanto ao público interessado em conhecer tendências e oportunidades no mercado tecnológico.

• Local: Itajubá (MG) • Data: até 28 de maio • Público: estudantes, empresas, startups e profissionais de tecnologia •

Veja mais notícias da região no g1 Sul de Minas

Itajubá

## No Rio2C, criadores debatem transição para empresas muito além dos posts virais



Influenciadores falaram sobre busca de estrutura e novas receitas

O primeiro dia do Rio2C, maior encontro de criatividade da América Latina, mostrou que a comunidade do marketing de influência está em fase de transição. No caminho de uma maior profissionalização, o setor está menos interessado em celebrar posts virais e mais preocupado em discutir estrutura, receita e controle criativo do material que produz. Nos painéis realizados na Cidade das Artes, criadores e executivos trataram os conteúdos digitais como mero ponto de partida para empresas de mídia: tornam-se ativos que podem se desdobrar em projetos de marcas, músicas, coberturas esportivas, séries, livros e formatos próprios.

O maior exemplo dessa mudança de paradigma foi apresentado por Victor Assis, diretor-executivo e sócio do Grupo Podpah. Criado por Igã e Mítico em 2020, durante a pandemia, o Podpah deixou de ser apenas um podcast de entrevistas para operar como um grupo de entretenimento. Segundo Assis, o faturamento anual já passa de R\$ 100 milhões, com crescimento de 30% ao ano.

'Dor do crescimento'

Hoje, o podcast original é apenas um dos programas da Podpah TV, que reúne mais de 15 formatos semanais, com diferentes apresentadores e públicos. O grupo se desdobrou em produtora, gravadora, loja e agência. A expansão também passa pela nova sede na Vila Leopoldina, em São Paulo, anun-

ciada em 2025, com investimento de cerca de R\$ 9 milhões, sete estúdios e 200 estações de trabalho. A empresa passou de 40 para 130 colaboradores.

- Estamos sentindo na pele a dor do crescimento: implementar e atualizar processos, ter um organograma e diretorias muito bem definidas - disse Assis, na palestra "A Próxima Fase do Conteúdo de Entretenimento". - O Podpah já tinha um histórico profissional, e isso ajudou a consolidar o grupo como uma empresa de mídia digital.

A música apareceu como uma das novas avenidas de crescimento. Assis disse que a Podpah Records nasceu da constatação de que artistas já usavam o programa como plataforma de lançamento, muitas vezes cantando ao vivo nas entrevistas:

- A gente ficou 18 meses estudando o mercado. Não queria agenciar carreira de artista. A conclusão foi que a gente poderia ocupar um espaço que a MTV deixou: uma plataforma de música com conteúdo editorial, entretenimento e performances.

Se o Podpah apresentou um caso de transformação de criador em empresa, o painel "O Poder do Juntos - O Mercado Fala" discutiu a outra ponta da engrenagem: o mercado de influência como infraestrutura de negócios das marcas. A mesa reuniu os concorrentes João Pedro Paes Leme, fundador e CEO da Play9; Celsinho Ribeiro, chairman do BR Media Group; Raphael Pinho, co-CEO da Spark; e Rafa Lotto, CEO da Youpix.

Rafa Lotto resumiu o peso do encontro ao dizer que "90% da verba de publicidade para influência no Brasil" estava representada na mesa. Mediadora, ela conduziu a conversa sobre um setor que deixou de ser tratado como uma linha complementar nos planos de mídia das grandes agências. Para os participantes, a creator economy passou a exigir dados, governança, compliance, regulação e novas formas de monetização.

A discussão também se voltou para o futuro dos próprios criadores. Paes Leme e Ribeiro defenderam que a dependência exclusiva de posts tende a perder força, com parte da verba se espalhando por

micro e nanoinfluenciadores. A saída, segundo eles, passa por **propriedade intelectual**, produtos, podcasts, cursos e outros ativos.

- O desafio é entender o que o creator faz bem e ajudar a achar outras avenidas de crescimento para ele - resumiu Ribeiro.

Essa mesma lógica apareceu mais cedo, no painel "Futuro da Criação - Do Post ao IP", com Rafa Tuma, Fernanda Menegotto, Fernanda Caldas Fuchs e Diogo Verardi Predebon, do perfil Malhasaum, sob **mediação** de Luiza Maggessi. A conversa tratou de como posts, vídeos e narrativas digitais podem virar marcas, franquias e ativos de longo prazo.

Rafa Tuma contou que levou anos testando formatos antes de encontrar uma linguagem reconhecível na animação. Diogo, o Dig, do canal que ironiza os estereótipos dos bairros cariocas, tratou a internet como alternativa para artistas que não encontravam espaço nos caminhos tradicionais do audiovisual:

- A gente queria que produtores de elenco e diretores vissem nosso trabalho. A gente queria fazer novela, ser protagonista. Mas ninguém estava chamando a gente para protagonizar nada. Então a gente teve que criar a nossa própria história para ser protagonista - disse Dig.



## Proteção de incentivos para pesquisa, ciência e tecnologia avança



Da Agência Senado | 27/05/2026, 11h26

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (27) projeto de lei complementar que exclui incentivos para pesquisa, ciência e tecnologia das regras de redução de benefícios tributários estabelecidas pela Lei Complementar 224, de 2025.

Sancionada em dezembro, a norma determinou cortes em diversos incentivos fiscais com o objetivo de reduzir gastos públicos. O projeto aprovado determina que as regras não se aplicam à **Lei do Bem** - que garante benefícios tributários a empresas que realizam atividades de pesquisa, desenvolvimento e **inovação tecnológica** no país.

O PLP 6/2026, do senador Izalci Lucas (PL-DF), foi relatado pelo senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Izalci, a proposta busca preservar um dos principais instrumentos de estímulo à **inovação tecnológica** no setor produtivo nacional. O autor afirma que os incentivos ajudam a reduzir o custo privado da inovação e aumentam o investimento empresarial em tecnologia, com efeitos positivos sobre produtividade, competitividade e geração de empregos qualificados.

De acordo com ele, em 2024, a renúncia fiscal de R\$ 12 bilhões associada à **Lei do Bem** resultou em R\$ 51,6 bilhões em investimentos em inovação. O valor é 4,3 vezes maior que o total dos benefícios.

A justificativa do projeto afirma ainda que a renúncia fiscal da **Lei do Bem** representou cerca de 1,77% do total de subsídios da União em 2024. Izalci também aponta que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) classificou o incentivo à inovação como de "baixo risco" dentro do parâmetro fiscal do país.

Já o relator afirma que a proposta preserva um mecanismo importante de política pública sem impedir a revisão de outros benefícios considerados menos eficientes. Para ele, os incentivos da **Lei do Bem** produz resultados significativos para o desenvolvimento econômico e social.

- A **Lei do Bem** gera cerca de R\$ 30 bilhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O governo coloca um incentivo em torno de R\$ 8 bilhões. Dá para notar, pelos números, o quanto isso é importante. Todo o dinheiro aplicado é dinheiro da população, é dinheiro público, e ele precisa ter retorno. E esse retorno é feito de uma forma excepcional pela **Lei do Bem** - afirmou o relator.

## INPI divulga rankings de depositantes de ativos de PI em 2025



Brasil está mais competitivo no cenário global

O **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** divulgou os rankings de depositantes de ativos de **propriedade intelectual** em 2025. Os rankings são divididos por residentes e não residentes no Brasil, contemplando ativos como patentes, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

Existem rankings específicos para patentes de invenção e para modelos de utilidade. Nas patentes de invenção, entre os residentes, a Stellantis Automóveis Brasil lidera o ranking, com 225 depósitos em 2025, seguida pela Petrobras (172) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (94).

Entre os não residentes, quem lidera o ranking é a Huawei Technologies, com 652 depósitos em 2025, seguida pela Qualcomm (514) e pela Nokia (308).

Nos modelos de utilidade, entre os residentes, a liderança é da Petrobrás, com 15 depósitos em 2025, seguida por Flávio Aparecido Peres (13) e Nely Cristina Braidotti (11).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Fiberhome Telecommunication Technologies (4), Zhejiang Leapmotor Technology (4) e Donati (3).

### Marcas

Entre os residentes, quem liderou o ranking de marcas foi a Payno Gestão Empresarial e Participações, com 305 depósitos em 2025, seguida pela Neymar Sport e Marketing (278) e pelo Banco Mercantil do Brasil (236).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Euro Games Technology, com 279 depósitos, Soft Sonic Information Technology (210) e Volkswagen (157).

Em desenhos Industriais, entre os residentes, o líder foi Thiago Capossoli, com 220 depósitos em 2025, seguido por Jinwen Chen (170) e Grendene (102). Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Anran Supply Chain Management (182), Huawei Technologies (109) e Koninklijke Philips (95).

No segmento programas de computador, entre os residentes, a liderança do ranking ficou com a Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, com 113 depósitos, seguida pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (104) e pelo Instituto de Pesquisas Eldorado, com 89.

# Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem .....	17,18,19
Direitos Autorais .....	2,3,14,15,16
Entidades .....	22
Marco regulatório   INPI .....	4,5,6,7,8,17,18,19,23
Propriedade Industrial .....	4,5,6,7,8,17,18,19,23
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,20,21,23